



POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: A FORMAÇÃO DOCENTE NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO- BA

PUBLIC POLICIES IN FIELD EDUCATION: TEACHING TRAINING IN THE
MUNICIPALITY OF SERRA DO RAMALHO- BA

POLÍTICAS PÚBLICAS EN EDUCACIÓN DE CAMPO: FORMACIÓN
DOCENTE EN EL MUNICIPIO DE SERRA DO RAMALHO- BA

Inaiara Alves Rolim

ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0003-3547-9165>

Secretaria Municipal de Educação de Serra do Ramalho - Brasil

Edna Souza Moreira

ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0003-1559-0392>

Universidade Estadual da Bahia (UNEB) - Brasil

DOI: 10.22481/poliges.v2i1.8241

Resumo: A presente pesquisa intitulada 'Políticas públicas na Educação: reflexões a partir do processo de formação dos docentes que atuam em escolas no campo no município de Serra do Ramalho- BA' objetivou compreender como acontece a formação dos professores que atuam nas escolas do meio rural e como esta formação implica na prática pedagógica. A pesquisa foi desenvolvida com a direção, os professores de uma escola do campo da cidade de Serra do Ramalho e com a coordenadora geral de educação do município. Utilizou-se da abordagem embasada nos pressupostos qualitativos, a pesquisa foi de campo do tipo participante, e para produzir os dados essa investigação fez uso do questionário, entrevista semiestruturada, diário de campo e análise documental. A análise dos dados permitiu construir uma visão mais ampla a respeito dos significados atribuídos à educação do campo, à formação específica para atuar nessa modalidade de educação, bem como, a visão desses sujeitos a respeito do tipo de educação que é oferecida aos povos do campo. Os dados mostraram, também, a necessidade de ampliar as oportunidades de formação inicial e continuada específicas para os educadores do campo, com vistas a oportunizar a construção de habilidades que os instrumentalizem para desenvolver práticas que respeitem a cultura camponesa e contribuam para a construção da autonomia dos povos do campo.

Palavras-chave: Educação do campo; Formação de professores do campo; Políticas Públicas

Abstract: “Public policies in field education: teaching training in the municipality of Serra do Ramalho- BA” aimed to understand how it happens the training of teachers who work in rural schools and As this training implies in pedagogical practice. The research was developed with the direction, the teachers of a school of the field of the city of Serra of the Ramalho and with the general coordinator of education of the municipality. The approach was based on the qualitative assumptions, the field research was of the participant type, and to produce the data this research made use of the questionnaire, semi-structured interview, field diary and documentary analysis. The analysis of the data allowed to construct a broader vision regarding the meanings attributed to the education of the field, to the specific formation to act in this modality of education, as well as, the view of these subjects regarding the type of education that is offered to the people of the field. The data also showed the need to expand the initial and continuous training opportunities specific to the educators of the field, with a view to the development of the skills to implement practices that respect the peasant culture and contribute to the construction of autonomy Of the people of the countryside.

Key-words: Field education; Public Policy; Teacher training in the field

Resumen: La presente investigación titulada "Políticas públicas en educación de campo: formación docente en el municipio de Serra do Ramalho- BA" objetivó comprender cómo ocurre la formación de los profesores que actúan en las escuelas del medio rural y, Como esta formación implica en la práctica pedagógica. La investigación fue desarrollada con la dirección, los profesores de una escuela del campo de la ciudad de Serra do Ramalho y con la coordinadora general de educación del municipio. Se utilizó el enfoque basado en los presupuestos cualitativos, la investigación fue de campo del tipo participante, y para producir los datos esa investigación hizo uso del cuestionario, entrevista semiestructurada, diario de campo y análisis documental. El análisis de los datos permitió construir una visión más amplia acerca de los significados atribuidos a la educación del campo, a la formación específica para actuar en esa modalidad de educación, así como la visión de esos sujetos respecto al tipo de educación que se ofrece a los pueblos del campo. Los datos mostraron también la necesidad de ampliar las oportunidades de formación inicial y continuada específicas para los educadores del campo, con vistas a oportunizar la construcción de habilidades que los instrumentalizen para desarrollar prácticas que respeten la cultura campesina y contribuyan a la construcción de la autonomía De los pueblos del campo que respeten la cultura campesina y contribuyan a la construcción de la autonomía de los pueblos del campo.

Palabras clave: Educación del campo; Formación de profesores del campo; Políticas Públicas

Introdução

Abordar a formação de professores para a educação do campo e suas particularidades é uma questão que merece grandes ponderações, sobretudo no que diz respeito à concepção de um curso/formação especialmente para educadores do campo, analisando quais são e o que pretende tais cursos. A partir

da publicação da resolução CNE/CEB nº 1 de 2002 que institui as diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo e a publicação do Decreto 7352/2010 que reconhece a educação do campo enquanto política pública e que traz as características necessárias para uma escola ser considerada desta modalidade, a reivindicação por parte dos movimentos sociais de luta pela terra por propostas de formação específica para educadores que atuam em escolas do campo foram intensificadas.

Preocupados com essas questões, o presente trabalho buscou compreender como acontece a formação dos professores que atuam nas escolas do meio rural e como esta formação implica na prática pedagógica. Ao analisar essas questões, o presente trabalho torna-se importante por várias razões: pelo silenciamento dessa temática na área da pesquisa de formação de professores; pela formação ser considerada por muitos autores um dos primeiros passos para viabilizar uma política educacional expressiva, entre outros fatores que são inerentes à luta por uma vida mais digna aos sujeitos do campo.

Esta pesquisa¹ teve como ponto de partida a necessidade de conhecer as condições em que acontece o processo de formação inicial e continuada dos professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola do município de Serra do Ramalho, a qual está localizada na Comunidade Social Beneficente - CSB -, que é formada por agricultores que receberam lotes de terra doados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O município de Serra do Ramalho está situado a 845 Km de Salvador e possui uma área de 2.677,366 Km², uma população de 31.646 habitantes e tem como principal atividade econômica a agricultura e a pecuária.

Trajetória formativa dos professores de uma escola do meio rural de Serra do Ramalho-Bahia

No âmbito da educação do campo, a luta por formação de educadores para as escolas desse espaço, tem sido pauta dos movimentos sociais em prol da

¹ Pesquisa realizada para produção do trabalho de conclusão do curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

reforma agrária. A partir do tensionamento desses movimentos com o Estado algumas conquistas no âmbito da formação docente foram implementadas com vistas a preparar os educadores para atuarem nas escolas do campo. Como exemplo, destas conquistas tivemos o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA), que em parceria com o INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, financiou cursos de Alfabetização e cursos de escolarização a nível de Ensino Fundamental e Médio para assentados, bem como, financiou cursos de nível superior na área de formação docente, como por exemplo o curso de Pedagogia da Terra. Temos também o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), que serão tratados mais à frente. Molina e Antunes-Rocha (2014, p. 225), ao tratarem sobre o projeto de formação de educadores do campo, dizem que

A discussão acerca da formação de educadores na perspectiva da Educação do Campo exige que seja explicitado o projeto de sociedade, de campo e escola que se quer construir. Com esse conjunto é possível definir qual o perfil e que formação é necessária para fundamentar práticas coerentes com os princípios e valores que estruturam essa concepção (p.225).

Ao pensar a formação de educadores do campo pressupõe a compreensão da necessidade de um professor com habilidades específicas para atuar nas escolas do meio rural. Por muito tempo, a educação do camponês foi pensada apenas como instrumentalizadora da mão de obra, caracterizando-se como uma educação bancária, capitalista e voltada para a fixação do homem no meio rural. Isso levou ao surgimento da ideia, que perdurou por muito tempo, de que as pessoas da “roça” na necessitavam de estudos. Ao discutir sobre a necessidade de professores aptos a atuarem com o camponês objetiva-se desconstruir essa imagem negativa de educação e de escola do campo. Busca-se transformar a “imagem de que a escola do campo tem que ser apenas a escolinha rural de primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler ensina alguém a não saber a quase ler” (ARROYO, 2004, p. 71).

Em resposta às lutas dos movimentos sociais por uma educação do campo, em 1998 foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que financiou, dentre outras coisas, uma proposta de formação docente pautada nas particularidades do meio rural, e a Articulação Por uma

Educação do Campo, entidade que passou a reivindicar a nível nacional políticas de escolarização específica para os povos do campo. Essa Articulação teve conquistas como a realização de duas Conferências Nacionais Por Uma Educação Básica do Campo, em 1998 e 2004, respectivamente; a instituição pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que foram aprovadas pela resolução CNE/CEB nº 01 de 03 de abril de 2002.

Em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, no âmbito do Ministério da Educação, que fomentou a criação da Coordenação Geral de Educação do Campo. Isso significou uma grande conquista, pois permitiu a inserção de uma instância que tratasse especificamente das questões relacionadas às especificidades da educação do campo dentro da estrutura federal. Assim, foram criados, no âmbito do governo federal, alguns programas e ações idealizados pelo SECAD, dentre eles destaca-se O Programa de Apoio à Formação Superior: Licenciatura em Educação do Campo – Procampo e o Programa Escola Ativa. Entre as principais estratégias estão: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores (SANTOS, 2011, p. 09).

Esses programas constituem avanços políticos e educacionais no que diz respeito tanto ao conceito de educação do campo, quanto ao reconhecimento da necessidade de se levar em conta as especificidades do meio rural na construção de um planejamento educativo desse meio. Isso é, também, tratado na LDB 9.394/96 em seu artigo 28 que estabelece as seguintes normas para a educação no meio rural:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Nesse artigo, é possível vislumbrar muito do que é reivindicado pelos movimentos sociais para a educação do campo, pois visa priorizar as singularidades

do camponês desde os conteúdos curriculares e metodologias, até a organização escolar e adequação da prática ao trabalho do meio rural. O que se busca agora é a efetivação do que está posto em lei e a formação de educadores dentro desse paradigma e a produção e distribuição de materiais adequados.

Entretanto, mesmo em face das lutas e reivindicações dos movimentos sociais, leva-se para o campo um modelo de escola que pouco contribui para o real crescimento dos povos camponeses. No que concerne à escola pesquisada, que se situa em uma comunidade rural do município de Serra do Ramalho, foi possível perceber que ainda falta muito para que se concretize uma educação construída no campo e com os povos do campo, uma vez que, embora a maioria dos professores possua formação em nível superior, nenhum deles possui formação específica para atuar nas escolas do campo. Foi observado que o projeto educativo da escola possui forte influência urbana, fato que pode ser comprovado com a observação da aula da professora Dália² no mês de abril, a qual buscando desenvolver um trabalho de qualidade seguia o planejamento que vem da Secretaria de Educação do município, utiliza ainda atividades de escolas particulares do meio urbano. As professoras que atuam na Educação Infantil são pedagogas, com graduação pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, e fizeram pós-graduação na área de Psicopedagogia; ambas moram em outro município, sendo que uma mora na cidade e a outra em uma vila situada em um projeto de plantio de banana. De acordo com o texto Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo, a educação desse meio deve dissociar-se da lógica urbana e levar em conta as particularidades do aluno do campo. Essas Referências colocam que na prática diária no meio rural é preciso observar que

A educação do campo deve compreender que os sujeitos possuem história, participam de lutas sociais, sonham, tem nomes e rostos, lembranças, gêneros e etnias diferenciadas. Cada sujeito individual e coletivamente se forma na relação de pertença a terra e nas formas de organização solidária. Portanto, os currículos precisam se desenvolver a partir das formas mais variadas de construção e reconstrução do espaço físico e simbólico, do território, dos sujeitos, do meio ambiente (BRASIL, 2003, p. 22).

² Em respeito aos preceitos éticos, os nomes dados aos sujeitos participantes da pesquisa são fictícios.

Sendo assim, ao adotar um planejamento de uma escola com realidade totalmente oposta à realidade da escola do campo, o educador não está contemplando os saberes e o modo de vida dos sujeitos desse meio; a aprendizagem torna-se sem significado e mecânica. Isso não quer dizer que os professores não devem tratar do contexto do meio urbano, mas, aliado a isso, é preciso tomar conhecimento de ambas as realidades para que o aluno tenha base para questionar e problematizar essas diferenças, como propõe Paulo Freire (1987-2011). Nesse contexto, é interessante que a formação desses educadores contemple não só as singularidades do meio rural, mas, também, forneça elementos para a construção da identidade desses professores no sentido de fazer com eles sintam-se parte daquele meio e tenham dentro de si o desejo e a convicção de que sua atuação pode transformar a realidade da escola onde desenvolve suas ações. Essa formação deve possibilitar ao educador a compreensão da cultura e do modo de vida do povo do campo para que, por meio de sua prática pedagógica contemple a diversidade dessa população.

As professoras que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental duas possuem formação acadêmica, sendo que uma fez o curso de Letras, na Faculdade de Ciência e Tecnologia – FTC, modalidade educação à distância, e a outra está cursando Pedagogia na UNEB; a primeira fez pós-graduação em Psicopedagogia e a segunda ainda está fazendo a pós-graduação em Psicopedagogia. Ambas moram na Vila do Projeto Formoso que pertence ao município de Bom Jesus da Lapa; já a outra professora, que atua no 5º ano, está afastada desde o início do ano de 2015, em função de problemas de saúde, e em seu lugar trabalha um professor que ainda não possui formação em nível superior.

Com relação aos professores dos anos finais do Ensino Fundamental, a escola conta com duas professoras graduadas em História na Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, modalidade à distância; uma professora graduada em Matemática, pela FTC, modalidade à distância; uma professora graduada em Pedagogia pela UNEB, modalidade presencial; uma graduada em Biologia pela FTC, modalidade à distância; e uma professora que ainda não iniciou a formação inicial. Desse modo, percebemos que os professores da escola pesquisada realizaram cursos de graduação que não contemplaram discussões que os

preparassem para atuar junto aos alunos do campo. Talvez, esta seja a explicação para o fato destes professores desenvolverem sua prática pedagógica centrada apenas nos conteúdos, sem levar em consideração a cultura dos estudantes e as particularidades do modo de vida camponês. Do ponto de vista teórico, no tocante à formação de professores, Molina e Antunes-Rochas colocam que

Nesse sentido, a formação de educadores do campo não cabe em uma perspectiva tradicional, visto que o mesmo deverá necessariamente organizar suas práticas no sentido de promover rupturas, estranhar o que aparece como natural e legal, fazer perguntas, investigar, problematizar a realidade e propor e promover, junto com seus educandos, intervenções nessa realidade. (MOLINA; ANTUNES-ROCHA, 2014 p. 227).

Nessa perspectiva, a formação de educadores do campo precisa desfazer-se da concepção estereotipada que envolve o campo e o camponês, representando-os como coitados ou vítimas, conduzido-se no caminho da problematização da realidade e ampliando sua visão de mundo para que possa construir uma concepção resignificada a respeito do camponês, bem como, de seu espaço e de seu modo de vida. No que diz respeito ao processo de formação de professores, a professora Hortência, 32, há 9 anos na escola coloca que

Quando estava na faculdade nunca tive uma matéria específica que tratasse da educação do campo; então, quando vim trabalhar aqui tomei um susto, foi um choque de realidade, porque os nossos estágios durante o curso não nos preparam para atuar nessa realidade. Cheguei aqui e comecei a trabalhar do mesmo modo que na cidade, nos estágios. Percebi que a faculdade não nos prepara de fato para estar em sala de aula.

Isso revela descaso e subordinação da cultura e dos valores do campo aos costumes da cidade. Também, revela o quanto as políticas públicas para a educação do campo ainda não foram efetivadas, uma vez que os espaços onde se deveria trazer essa discussão ainda não têm um projeto que possibilite ao futuro educador conhecer as diferentes realidades do nosso país. Os estágios nas faculdades geralmente são feitos nas cidades, vão para o campo apenas as pessoas que já moram lá, e a faculdade não oportuniza uma discussão diferente para esses estagiários que já fazem parte do meio rural. As disciplinas de estágios supervisionado deveriam trabalhar com as duas realidades, para que os graduandos discutissem conhecimentos referentes a ambas e, assim, terem oportunidade de

escolher que caminho seguir e como seguir. Entretanto, os graduandos que moram no campo discutem os mesmos problemas que os da cidade. O meio rural é, então, vítima de preconceito e estigmatização, sendo concebido como um espaço onde vive pessoas ingênuas e rudes dentro da sociedade brasileira. No tocante à fragilidade dos processos educacionais do campo, Coelho (2011, p. 136), afirma que

(...) Nas primeiras constituições, a educação rural nem sequer foi mencionada nos textos constitucionais. Só nas primeiras décadas do século XX é que ela aparece, com o objetivo de conter o movimento migratório e elevar a produtividade do campo. As escolas implantadas no campo só contribuíram para reforçar essa imagem. Escolas com pedagogias bancárias, importadas da cidade: currículo, calendário, cartilha e professor.

Ao longo da história do nosso país, a educação do campo tem sido marginalizada e deixada à deriva, as políticas públicas não atendem as especificidades de uma educação básica para o campo e os governos tratam a educação do povo camponês como política compensatória. Nesse contexto, as particularidades desta modalidade de educação quase não tem espaço no meio acadêmico ou na elaboração de currículos. Nesse cenário excludente, a educação vem sendo deslocada e não contempla as reais necessidades do estudante camponês. Os professores pesquisados têm uma concepção ainda superficial a respeito da educação do campo, como pode se observar mediante a fala dos professores: Lírio, 35 anos, e há um ano na escola Sol, 36 anos, há 14 anos na escola, que veem a educação do campo apenas

como o direito à escola pública de qualidade no campo (LÍRIO).

Educação voltada para a realidade das pessoas que moram no campo e que saiba se sobressair na cidade (SOL).

A partir dessa colocação é possível concluir que é imprescindível aos educadores do campo o entendimento do conceito de educação do campo para o desenvolvimento da consciência da necessidade de um planejamento pedagógico construído de acordo com as peculiaridades da comunidade em que a escola está inserida. Assim, é importante que o professor compreenda que a educação do povo

do campo como mostra o Art. 2º da Resolução 01 – CNE 03/04/2002 – Diretrizes Operacionais para Educação do Campo

É toda ação educativa desenvolvida junto às populações do campo e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser, de ver, de viver e de produzir e formas de compartilhar a vida” (BRASIL, 2002).

Portanto, é papel da escola e tarefa do educador, além do ensino da leitura, da escrita e da matemática, a construção de valores e conhecimento, o desenvolvimento de habilidades e a preparação para a vida, para o trabalho e para a construção de um mundo sustentável. Desse modo, são temas de estudo a vida cotidiana no campo e nos demais contextos, a importância do trabalho em seu local de vivência e na sociedade, as potencialidades dos sujeitos; e nessa dinâmica são espaços de ensino e aprendizagem não apenas a escola, mas a vida em família, o local de trabalho e o espaço da comunidade em si. Aliado a isso há a necessidade da construção de escolas do campo e implementação das que já existem, pois as mesmas não possuem infraestrutura e materiais adequados para se trabalhar com conforto e de maneira a propiciar aos alunos momentos de construção de conhecimento e de recreação.

A escola observada, em especial, por ser construída em terreno doado, não tem espaço para construção de quadra de esportes e, ainda, não possui pátio com piso em cimento para as crianças brincarem e realizarem atividades pedagógicas junto com seus professores. Além disso, os materiais didáticos resumem-se aos livros enviados pela prefeitura e aos paradidáticos enviados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Essa realidade requer do educador, além de uma prática embasada na contextualização dos saberes, uma criatividade imensa para poder passar por cima de todas essas dificuldades e possa criar espaço de aprendizagem significativa.

Com as conquistas dos movimentos sociais no âmbito da educação do campo surge um novo ponto a se pensar: a formação dos educadores que atuam nas escolas do campo. O que vem se mostrando um grande desafio, pois ainda há questionamentos sobre a real necessidade de uma formação específica para os educadores das escolas do campo, havendo apenas um modelo de formação

docente destinado ao meio urbano e rural, sem distinção. Nesse sentido, tendo em vista que a sociedade é constituída por uma dinâmica complexa e caracteriza-se pela diversidade de culturas, onde cada grupo exibe uma característica específica, um único modelo de formação docente não dá conta dessa diversidade. Essa necessidade formação diversificada é contemplada no Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, em seu artigo 8º, parágrafo 1º, inciso II, dispõe que deverão ser estabelecidas pelos entes federados estratégias de formação que “considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural” (BRASIL, 2014). Ainda no âmbito político, a especificidade educacional do campo é prevista no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 que dispõe:

Art. 2º São princípios da educação do campo:

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas (BRASIL, 2010).

Mesmo o conceito de educação do campo sendo novo e está em processo de construção, vemos que um passo muito importante já foi dado: o reconhecimento das singularidades da educação e do povo do meio rural perante a lei, e com isso tudo o que diz respeito à educação do camponês, dentre eles a formação docente. Assim, o Decreto 7352/2010, traz um sentimento de concretização dos objetivos dos movimentos sociais pela instituição da educação do campo. Percebemos mais claramente a necessidade de uma formação específica para o educador do campo na discussão de Braga e Moreira (2012), quando afirmam que

Em se tratando de Educação do Campo falar de uma formação docente diferenciada significa pensar em uma proposta que ajude a superar o estereótipo que acompanha a representação que se faz desse espaço (BRAGA E MOREIRA, 2012, p. 8).

Percebemos a partir daí, que é necessário conceber uma escola capaz de relacionar-se com uma sociedade em transformação constante. Dentro desse

processo de interação é preciso que os sujeitos envolvidos aprendam a desenvolver resistências quando preciso for, bem como aprender a lutar por seu espaço e pela sua cultura.

É na perspectiva da resistência, do enfrentamento, que precisa elaborar uma proposta de educação pensada junto com os camponeses de modo que eles não vejam como se fosse uma dádiva, haja vista que os camponeses têm o direito de serem protagonistas da construção de sua história e nessa inclui o percurso formativo (BRAGA E MOREIRA, 2012, p. 9).

Pensada a escola nesta nova perspectiva, é imprescindível abandonar os padrões antigos e modelos copiados de outras realidades, bem como, criar novos modelos a partir da vivência e experiências em conjunto, dentro da comunidade, oportunizando ao aluno um espaço onde ele adquira não apenas os saberes dos livros, mas onde ele possa aprender sobre si mesmo, sobre sua comunidade e as relações que se dão no interior da mesma. A escola será, então, uma extensão do meio dos indivíduos. Com relação à perspectiva de uma educação pensada a partir da cultura do camponês, a coordenadora da escola, há 5 anos na escola e há 1 ano e meio na coordenação, faz uma colocação interessante; ela acredita que os educadores não devem esperar apenas pelo governo para criar uma educação do campo, mas, ao contrário, a transformação pode começar de dentro da escola, a partir de práticas elaboradas em conjunto e construídas de acordo com a cultura local. A coordenadora coloca o seguinte

Eu sei que temos muitas dificuldades, tanto de materiais quanto de incentivo por parte do município, mas sei que se quisermos podemos fazer uma educação diferente e melhor para essas crianças. Mesmo que a gente não tenha muito apoio do prefeito, podemos sim melhorar nossa escola. Se os professores fossem menos acomodados e tivessem menos medo de reagir nossa escola poderia ser referência. (Coordenadora Rosa).

Isso revela que a semente da mudança já foi plantada na escola, precisa apenas ser regada para que cresça e dê muitos frutos; mostra que os professores que atuam nas escolas campo precisam, também, comprometer-se com um projeto educativo realista e verdadeiro. É necessário que os educadores não apenas olhem para seus alunos, mas que olhem e enxerguem esses alunos como sujeitos com cultura e conhecimentos prévios, não apenas como um receptor de informações. A

fala da coordenadora deixa clara a necessidade de que os educadores sintam-se parte da escola e da comunidade onde atua, evidencia também a falta de compromisso dos educadores com a promoção de uma educação construída junto com os sujeitos do campo, os quais precisam ser compreendidos enquanto sujeitos de direitos.

Por muito tempo o povo do campo foi condenado ao silêncio, num processo de submissão aos paradigmas urbanos. O campo sempre foi concebido como lugar atrasado, espaço onde vivem pessoas ingênuas, o que contribuiu para que a educação campesina não tenha prioridade nas discussões políticas. E, assim, sem o apoio e o interesse governamental em desenvolver um modelo educacional para os povos do campo, a educação do camponês vem sendo pautada em paradigmas urbanos. Dentro dessa problemática, a formação de professores para atuarem no campo tem um espaço menor ainda, pois vão para o campo aqueles professores que acabaram de passar em concurso, os que não têm apoio político, os que sofrem perseguição ou aqueles que recebem emprego na escolinha da roça porque votou no candidato 'certo'. Sendo assim, Braga e Moreira, 2012, colocam que,

Desse modo, não se cogitava pensar uma proposta diferenciada, que dentre outras coisas ensinasse ao futuro educador a desenvolver uma prática pedagógica mediada por conteúdos e saberes que ajudassem o camponês a tornar-se sujeito. A ausência de políticas de formação que contemplem as especificidades do modo de vida no campo tem influenciado diretamente no cotidiano da sala de aula como também no processo de construção da identidade do estudante camponês (...) (BRAGA E MOREIRA, 2012, p. 9).

Diante desse desafio, os movimentos sociais lutam pela instauração de uma política de formação de educadores que conheçam a dinâmica cultural dos povos do campo, que desenvolvam sua práxis dentro do modo de vida campesino e faça das aulas uma continuidade da vida do aluno. Quanto a isso, a coordenadora geral de educação do município de Serra do Ramalho afirma que

Os professores ainda não estão preparados para atuarem nas escolas do campo, visto que muita coisa deve mudar, desde a concepção de educação, até os procedimentos metodológicos utilizados, (Coordenadora Geral Flor).

Ela explica sua afirmação dizendo que

A educação do campo é uma modalidade de ensino que deve levar em consideração o reconhecimento da identidade deste povo (do campo) nos aspectos da construção de um currículo que destaque os aspectos culturais, econômicos, políticos, filosóficos, entre outros. Isso porque, esses sujeitos tem um modo específico de vida, com características diferenciadas da cidade. Sendo que o tipo de educação adotada nas escolas do campo só contribuirá com para o desenvolvimento do indivíduo se pensada dentro de uma concepção de educação do campo (Coordenadora Geral Flor).

Assim, fica claro a necessidade de uma política de formação docente que leve em conta os aspectos sociais e culturais do espaço em questão, e que traga em seu bojo a conscientização do camponês quanto aos seus direitos e pertencimento ao seu espaço cultural. Os educadores que atuam nas escolas do campo necessitam, então, de um processo de formação que parta do princípio da construção do conceito de educação do campo, da compreensão do modo de vida e de pensar do homem do campo. Como foi observado, o aluno do campo não pode continuar a ser visto como um depósito de informações, como vem acontecendo na escola observada. Quanto à essa compreensão, de educação do campo e de aluno como sujeito de direito, que os professores necessitam para desenvolver uma prática significativa na escola do meio rural, Arroyo (2004, p. 71), coloca que

(...) é outra compreensão e prática da educação básica: a escola tem que dar conta da educação básica como direito do homem, da mulher, da criança, do jovem do campo. Ou seja, estamos colocando a educação rural aonde sempre deve se colocada, na luta pelos direitos. A educação básica, como direito ao saber, direito ao conhecimento, direito à cultura produzida socialmente.

A afirmação de Arroyo leva à compreensão de que cada povo, seja no campo, na cidade, nos quilombos ou na aldeia, tem direito a um modelo educacional pensado a partir de suas especificidades e construído com a participação de cada sujeito que faz parte dessa realidade. Aliado a isso, a formação de um educador que entenda e conheça a realidade de cada comunidade está em discussão, pois em se tratando da educação do campo, o que se busca é uma formação que habilite o profissional a atuar junto ao povo do campo partindo do conhecimento de seus sujeitos e dos aspectos sociais e culturais do seu território. O município de Serra da Ramalho, mesmo possuindo um número significativo de escolas no meio rural, ainda carece desenvolver um estudo profundo sobre o conceito educação do campo e seus paradigmas, no sentido de criar um planejamento educativo do campo junto

com os educadores, coordenadores e diretores de cada escola, uma vez que cada comunidade possui uma história diferente. Nesse sentido, a coordenadora geral de educação afirma que:

O município precisa contribuir com a instauração de uma educação do campo efetiva mediante a construção de uma proposta pedagógica específica para as escolas do campo, uma vez que a proposta que chega às escolas de Serra do Ramalho é a mesma para todas, independente de onde está situada, (Coordenadora Geral Flor).

A respeito dos processos formativos dos educadores, Beltrame (2009) discute que a formação docente é por si só é complexa e, nesse processo, incluem-se os sujeitos que desenvolvem o ato educativo para além dos espaços escolares. Compreendemos, então, que a profissão docente agrega compromissos sérios com a sociedade; em seu trabalho o educador tem que comprometer-se com a construção de uma sociedade democrática, constituída pela cidadania desenvolvida nos educandos. Aí se insere, na voz de Beltrame (2009), a ação desenvolvida pelos movimentos sociais, principalmente, junto às populações do campo.

Isso quer dizer que o antigo modelo de educação, pautado nos paradigmas urbanos, e aquele professor submisso ao sistema político, que estava à frente de uma sala de aula no campo apenas para transmitir conhecimentos descontextualizados não são mais aceitos pelos movimentos sociais do campo. A professora Hortência afirma que

Eu sei que é preciso fazer uma educação diferente com essas crianças (do campo), mas ainda não sei como. O PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa) fala de educação verdadeira, só que não dá esse suporte todo; dá muita teoria e pouca contextualização. O calendário que vem pra escola é o mesmo da sede. Acho que deveria haver a criação de uma metodologia única, que fosse construída com a direção e os professores, uma metodologia que tratasse realmente da cultura do campo. Acho que assim as crianças se sentiriam mais valorizadas, os pais também.

Por meio desse depoimento percebe-se que alguns professores da escola reconhece a necessidade de um modelo educacional diferente, pensado junto com os povos do campo, mas que necessita do apoio da esfera governamental no que concerne à implementação de cursos de formação docente que contemple as especificidades da escola do campo. É nesse contexto que os atores dos

movimentos sociais reivindicam a formação de um professor que esteja ligado às lutas do campo e que tenha conhecimento das peculiaridades, especificidades e necessidades desse espaço. De acordo com Arroyo (2007) vai se consolidando a consciência de que os direitos carregam as especificidades de seus sujeitos concretos, dos coletivos sociais históricos que são titulares desse direito. Diante de tudo isso nos perguntamos, mas qual a formação específica para ser educador e educadora do campo? Os estudos de Arroyo respondem que

Os movimentos sociais reivindicam que nos programas de formação de educadoras e educadores do campo sejam incluídos o conhecimento do campo, as questões relativas ao equacionamento da terra ao longo de nossa história, as tensões no campo entre o latifúndio, a monocultura, o agronegócio e a agricultura familiar; conhecer os problemas da reforma agrária, a expulsão da terra, os movimentos de luta pela terra e pela agricultura camponesa, pelos territórios dos quilombos e dos povos indígenas. Conhecer a centralidade da terra e do território na produção da vida, da cultura, das identidades, da tradição, dos conhecimentos... (ARROYO, 2007, p. 167)

Isso mostra que um projeto de educação e um currículo que não contemple os processos de produção da vida, da cultura e do conhecimento do povo do campo está fora do plano de formação ideal para a educação do campo. Quanto a isso a professora Margarida, 38, há 15 anos atuando em escola do campo coloca que

Quando eu comecei a lecionar ainda não tinha feito faculdade. Só comecei bem depois, para aumentar meu salário. Fiz o curso normal superior e nunca vi nada específico para as escolas da zona rural. Sempre trabalhei seguindo os conteúdos que vem da sede. E com o PNAIC não mudou muita coisa. Para falar a verdade ainda não sei como trabalhar realmente dentro dos paradigmas da educação do campo.

A fala da professora nos revela o quanto a educação do campo ainda não é contemplada, em suas particularidades, nem pelas iniciativas governamentais nem pelos próprios professores, estes por não procurarem mudar sua práxis e contribuir com o crescimento dos alunos, e aqueles por não criarem meios para que as políticas para a educação do campo sejam efetivadas. O que se percebe é que o conceito de educação do campo, camponês e campo ainda não está claro nem para o professor nem para o governo. É necessário que os processos formativos e a própria escola desenvolvam um projeto de mudança de consciência nos educadores

que vão para as escolas do campo; é necessário que a escola do campo seja concebida como espaço de construção de conhecimento e território de encontro de saberes construídos e passados de geração para geração.

Por isso esses saberes construídos dentro do contexto histórico do povo do campo são essenciais para a formação de educadores e educadoras do campo. Aliado ao projeto pedagógico construído junto às pessoas do campo, tem-se, ainda, a necessidade de educadores do campo morando nesse meio, pois só assim os laços serão fortes o suficiente para que o mesmo se engaje na luta por uma educação verdadeira para as pessoas que moram no campo. A professora Dália, 35, há sete anos na escola do campo afirma que

Para mim é muito difícil sair todos os dias, de manhã cedinho, da cidade para vir até aqui (a escola). O desgaste é muito grande. Quanto às atividades sigo os conteúdos que têm que ser dados para as crianças do primeiro período. Fiz o curso de pedagogia, mas na época não havia ênfase na educação do campo.

Nota-se por meio da fala da professora o quanto os cursos de formação docente ainda são insuficientes para preparar o educador para atuar nas escolas do campo, de modo a contemplar a cultura do camponês dentro da sala de aula. Desse modo é preciso que as políticas articulem o processo de formação de educadores e educadoras do campo dentro desse contexto de ensino, criando, assim, um elo entre os saberes necessários à formação docente e as vivências do povo do campo e das lutas que permeiam esse espaço. Isso porque, mesmo vivendo no campo as educadoras ainda não sabem como desenvolver uma práxis que tenha o aluno como centro do processo de ensino e aprendizagem. A Diretora Azaléia, 45, há 12 anos na direção da escola, fala que

Eu fiz o curso de pedagogia pela Uneb 2000, uma extensão da Uneb (Universidade do Estado da Bahia) em Serra do Ramalho, e na época não havia uma preocupação forte com o tipo de educação e professor para as escolas do campo. Hoje tenho a consciência que deve haver uma diferenciação no modo de gerir uma escola do campo, os tempos e cultura das pessoas que moram na zona rural são diferentes. Sinto necessidade de um projeto de educação especialmente para nossa realidade. Também, há professores que dão muito trabalho. Aqueles que vem da cidade, nem sempre compreendem as crianças e a maneira de pensar e agir dos pais. Sei que falta muito para melhorarmos.

Outro problema observado com relação às escolas do campo, especificamente à escola pesquisada, é a falta de comprometimento com a escola de muitos professores que faltam muito e entregam atestados médicos em excesso para justificar essas faltas, pessoas que ainda não iniciaram sua formação e não são aptos a atuar nas escolas campo, mas que devido a intervenção política ficam substituindo os professores. O que faz surgir outro impasse: a necessidade de um professor capacitado para substituir aquele que não veio, uma vez que não há um professor específico para assumir a sala de aula nesses momentos. Isso causa grandes danos ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos, já que com as faltas frequentes há uma descontinuidade desse processo. Nesse sentido a diretora diz que

Com relação ao professor que mora no meio urbano é complicado. Temos dois casos na escola que causam dor de cabeça. Apesar da formação acadêmica e do bom nível de conhecimento elas deixam a desejar. Em consequência dos inúmeros atestados e das faltas infundadas os pais já transferiram muitos alunos da escola. Também, houve grande prejuízo na aprendizagem dos alunos. Eu, infelizmente, não posso fazer muita coisa; repasso para a secretaria de educação e vamos levando, (Diretora Azaléia).

Com relação à fala da diretora percebe-se que é emergencial a mudança de comportamento e de percepção da educação do campo por parte do professor, que precisa estar apto a atuar nessas escolas, uma vez que sua função envolve, além do trabalho com conteúdos, a formação para a cidadania. O desabafo da diretora diz respeito ao fato de que uma das professoras da Educação Infantil ter solicitado junto a Secretaria de Educação, no mês de agosto, afastamento de três meses, isso aliado aos inúmeros atestados entregues no ano anterior. Ao ser questionada a respeito desse fato a coordenadora da escola colocou que a direção da escola só ficou sabendo da substituição quando a professora regente chegou com a substituta. Como mostra o depoimento abaixo

Nós (coordenação e direção) não sabíamos de nada. Fomos pegas de surpresa. A professora regente chegou aqui já com a autorização da Secretaria de Educação para se afastar por três meses e com a substituta que foi aprovada via intervenção política. Justo quando nós estávamos tentando tirar a menina do Mais Educação (antes essa professora era monitora do programa e já não estava correspondendo com as expectativas) acontece isso. E temos sofrido com sua falta de traquejo e preparação para a sala de aula. Isso

porque as crianças do primeiro período ficam muito soltas, (Coordenadora Rosa).

Essa realidade é comum em muitas escolas do meio rural, em especial na escola pesquisada e tem raízes históricas devido ao fato de as pessoas que lá vivem serem consideradas como um povo que pode receber qualquer coisa, não precisando de grandes esforços ou de um projeto educativo bem elaborado.

Infelizmente ainda está longe essa compreensão de educação do camponês. Isso porque, a formação docente não contempla essa realidade, nem tampouco, os educadores que estão atuando no campo buscam desenvolver uma prática a partir dessa realidade. Percebe-se que é difícil sair da zona de conforto a que estão acostumados e desenvolver uma práxis diferente, que coloque os povos do campo como centro do processo de construção do conhecimento, e não como depositários de informações. Assim, quando indagada a respeito da formação dos professores que cobrem as faltas dos docentes que entregam atestado, a diretora coloca que

Não temos um professor específico para essas ocasiões. Qualquer um que faz parte do quadro de professores da escola pode substituir. Muitas vezes o professor é avisado de última hora, e ele vem sem preparo prévio para a aula, apenas para realizar as atividades deixadas pelo professor regente. E já aconteceu casos em que nem as atividades o professor deixou, ficando a cargo do substituto improvisar. O professor Lírio e a professora Sol são os que mais chamamos; ele ainda não fez faculdade e ela iniciou o curso de Pedagogia faz pouco tempo, (Diretora Azaléia).

Diante da fala da diretora percebemos o quanto a educação do campo ainda necessita de investimentos e aperfeiçoamento. E isso se reflete no modelo de formação docente que é dispensada aos professores. O modelo educacional urbano ainda é predominante nesses cursos, tanto que nenhuma das disciplinas de estágio, da faculdade, é direcionada para o meio rural. Ainda há um longo caminho para que a educação do campo seja pensada junto com os sujeitos do campo e que esteja a favor do crescimento desses indivíduos. Ao dispensar uma educação apenas para cumprir tabela, preencher carga horária, as particularidades do povo do campo, as produções culturais e sociais dos homens e mulheres que fazem do meio rural local de construção de sua história são esquecidas e desrespeitadas.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico da escola observa-se que o mesmo não contempla, de forma decisiva, as especificidades da educação do campo.

Embora mencione a educação do campo em alguns pontos, não fica claro as metas, objetivos e como a educação pautada nos valores do campo será planejada e concretizada na escola. Também, não fica claro o conceito de educação do campo nem tampouco a formação de educadores para atuar no campo, seja formação inicial e continuada, ou por meio de projetos construídos dentro da escola.

E com relação à formação continuada promovida por meio de programas governamentais, os professores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental fazem parte do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC – que é descrito pelo MEC como o compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios e configura-se como um curso presencial de 2 anos para os Professores alfabetizadores, com carga horária de 120 horas por ano e tem como objetivo assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. No entanto, esse programa tem apresentado descontinuidade na região de Serra do Ramalho, visto que, além de sempre começar em meados de julho, no ano de 2015 o programa funcionou apenas uma vez.

Algumas considerações

Desse modo, observa-se que muitos problemas encontrados nas escolas do campo, em especial na escola pesquisada, residem na formação acadêmica dos professores, uma vez que os professores de Serra do Ramalho, possuindo graduação e pós-graduação, não participaram de nenhum curso que os habilite para atuar nas escolas do campo, bem como, muitos professores afirmaram terem feito a pós-graduação por questões financeiras e quando indagados como o curso foi feito responderam que fizeram em faculdades particulares, salientando que foi bom porque não sendo todos os dias era possível conciliar trabalho, estudo e família. Os dados revelaram que os professores possuem a compreensão de que a educação do campo precisa ser diferenciada, mas lhes faltam bases teóricas e práticas que os habilite a desenvolver um trabalho pedagógico de acordo com as especificidades do estudante do campo.

Nesse contexto, é importante que os cursos de formação de professores do campo sejam desenvolvidos a partir do conhecimento das particularidades do estudante desse espaço, entendendo a pertinência do trabalho desenvolvido a partir da realidade e com a participação dos sujeitos que compõem essa realidade; também, o currículo e todo o material utilizado nesse processo devem estar em consonância com essa realidade e trazer bem explícito o perfil e as particularidades inerentes ao ser professor e professora do campo. Aliado a isso, soma-se outro fator importante nesse processo que é a necessidade de se estabelecer, em leis, a garantia de condições justas e estáveis de trabalho para esse educador do campo.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: _____, CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna (orgs). **Por uma Educação do Campo**. 2. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2004.

ARROYO, M. G. POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES(AS) DO CAMPO. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a04v2772.pdf>. Acesso em: 30/04/2021.

BELTRAME, Sônia Aparecida Branco. **A formação dos educadores do campo**. Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, v. 4 n. 8, 2009. Disponível em: <https://interin.utp.br/index.php/a/article/view/1907/1626> Acesso em 20 de março de 2021.

BRAGA, Luiz Ricardo; MOREIRA, Edna Souza. Educação do campo, currículo e formação de professores: retratos de uma realidade. **VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. São Cristovão-SE 2012.

BRASIL, Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC, Brasília, 1996.

BRASIL, Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Referências para uma política de educação do campo: caderno de subsídios**. Brasília, 2ª ed. 2005.

BRASIL, Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB nº1 de 03 de abril de 2002 – Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

COELHO, Leila Rocha Sarmiento. A função social da escola na educação do campo. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras/PB, v. 1, n. 2, jul.-dez., 2011.

FREIRE, P. Educação: o sonho possível. In. BRANDÃO, C. R. (org.) **O educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 89-101.

MOLINA, Mônica Castagna; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Educação do campo, história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o Pronea e o Procampo. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez.2014
<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. Histórico da educação do campo no Brasil- Eixo temático: Educação do Campo, Trabalho e Movimentos Sociais. In: Berenblum, Andrea & Oliveira, Lia Maria Teixeira de. **Educação: diálogos do cotidiano**. Seropédica (RJ): Outras letras Editora, 2011.

SOBRE OS AUTORES

Inaiara Alves Rolim

Mestranda em Educação pela UESC, coordenadora de Educação do Campo na Secretaria de Educação de Serra do Ramalho - BA e membro do grupo de pesquisa GEPEMDECC, Brasil. Email: inaiararolim@gmail.com.

Edna Souza Moreira

Possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Professora do Departamento de Ciências, Humanas e Tecnologia – DCHT, Campus XVII, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, no curso de Pedagogia. Email: esmoreira@uneb.br